

apartes

NÚMERO 17 - OUTUBRO A DEZEMBRO/2015

Distribuição gratuita

Compartilhar

Economia que aproveita
melhor os recursos e une
pessoas entra em pauta

Sem fumaça

Carros elétricos ganham incentivos
para rodar em São Paulo

David Lerer

O Che Guevara brasileiro
lutou em três continentes



Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
2º Vice-Presidente: Toninho Paiva (PR)
1º Secretário: Aurélio Nomura (PSDB)
2º Secretário: Paulo Frange (PTB)
1º Suplente: Noemi Nonato (PROS)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (PV)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV), Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSDB), Alessandro Guedes (PT) - suplente em exercício, Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Anibal de Freitas (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PHS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB) - licenciado, Jonas Camisa Nova (Democratas), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT) - licenciado, Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PDT), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Quito Formiga (PSDB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV), Ricardo Young (PPS), Salomão Pereira (PSDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Ushitaro Kamia (PSD) - suplente em exercício, Valdecir Cabrabom (PTB) - suplente em exercício, Vavá (PT), Wadih Mutran (PDT).

Expediente

Editores executivos: José Carlos T. de Camargo Filho e Maria Isabel L. Correa
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Leandro Uliam
Mídias sociais: Lívia Tamashiro
Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Fernando Maluf Ferrari, Késsia Riany e Matheus Briet
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP, Secretaria de Documentação - SGP.3, Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1, Secretaria de Infraestrutura - SGA.3, Equipe de Garagem e Frota - SGA.33
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Arte de Leonardo Pedrazzoli / Reprodução (imagem David Lerer)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

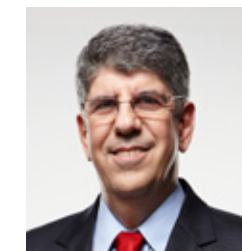
Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares
Fechamento desta edição: 18/11/2015

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador Antonio Donato
Presidente da CMSP



A reportagem de capa desta edição, a última do ano, debate economia compartilhada, uma tendência que procura aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e tem na tecnologia um grande facilitador. Em *Divisão que multiplica*, a revista explora alguns exemplos que mostram como essa forma de comercialização vem transformando até mesmo as relações humanas, aproximando pessoas e culturas. E das várias tecnologias que facilitam esse tipo de economia, o aplicativo Uber foi o primeiro a exigir um debate mais aprofundado na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

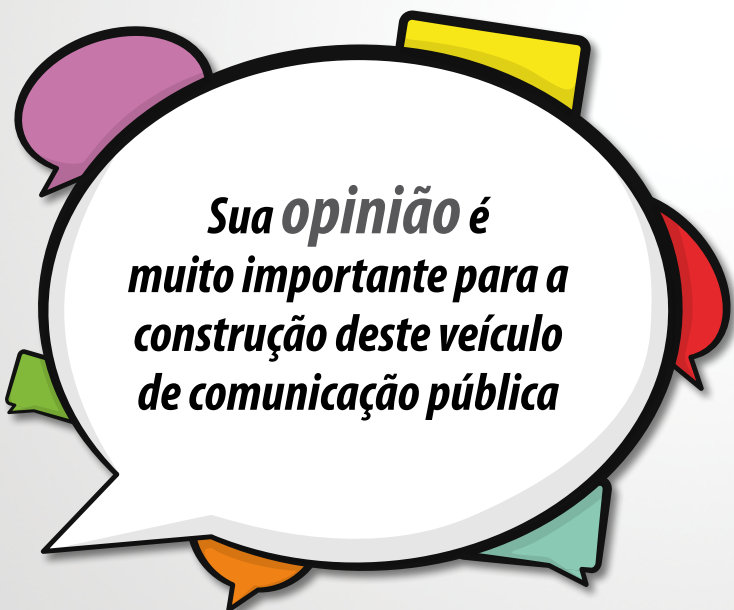
Este número inaugura uma seção de entrevistas com especialistas para debater a capital paulista. O primeiro é o psicanalista Christian Dunker, que discute como a lógica do condomínio cria uma cultura de segregação entre os paulistanos e vai contra a política de integração e mobilidade, cada vez mais presente na cidade e um dos pilares do Plano Diretor Estratégico.

A Câmara Municipal, que teve papel fundamental na discussão e aprovação do PDE, agora tem a missão de construir uma Lei de Zoneamento (um dos desdobramentos do Plano Diretor) com a colaboração dos paulistanos, o que vem sendo feito em audiências públicas nos últimos meses. E nesse momento de repensarmos a organização da cidade, a CMSP recebeu da Prefeitura a proposta do novo Código de Obras, outra ferramenta que define o futuro urbanístico de São Paulo. Conheça melhor o projeto em *Por dentro das edificações*.

A missão dos vereadores de transformar a cidade em um local mais amigável e melhor para se viver inclui, obviamente, apresentar propostas que tornem possíveis as mudanças. A reportagem *Caminhos livres* traz os projetos e leis da CMSP com políticas inclusivas voltadas aos deficientes visuais, principalmente em relação ao transporte. Em *A toda carga*, conheça melhor as leis e projetos que criam incentivos para que os carros elétricos ou híbridos ganhem mais espaço na frota paulistana, o que contribuirá para diminuir os terríveis níveis de poluição.

Outra novidade desta edição é que algumas reportagens contaram com a participação de três estudantes de Comunicação que fazem parte do projeto Repórter do Futuro, organizado pela ONG de comunicação Oboré e apoiado pela Câmara Municipal, na figura da Escola do Parlamento. As jovens contribuíram na apuração, nas entrevistas e na elaboração de parte dos textos, sob acompanhamento dos jornalistas da revista. De certa forma, o apoio a este projeto reflete a preocupação desta Casa com a educação. O tema esteve em evidência nos debates dos últimos meses, durante a tramitação e votação do Plano Municipal de Educação do Município. Conheça os avanços do PME em *O primeiro plano*.

Seguindo a tradição de resgatar os vereadores históricos desta Casa, desta vez contamos a trajetória de David Lerer, um médico e revolucionário que viajou o mundo lutando pelos ideais nos quais acredita. A **Apartes** esteve com ele em Bertiooga, onde vive atualmente, e traz essa bela história em *O revolucionário cordial*.



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

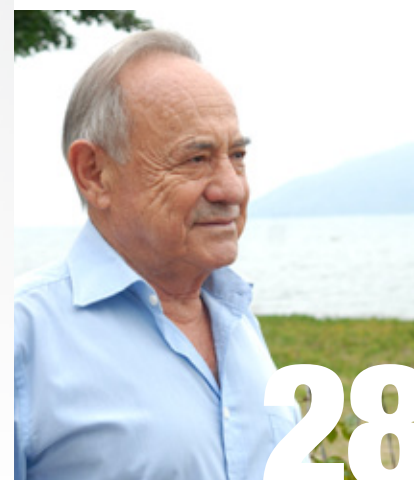
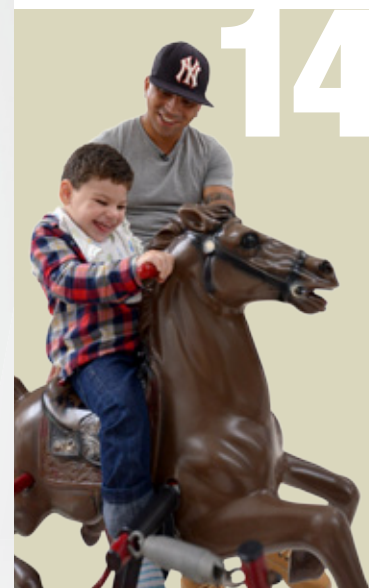
Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes



SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Com a palavra**
Christian Dunker

11 **Urbanismo**
Por dentro das edificações

14 **Inclusão social**
Caminhos livres

20 **Meio ambiente**
A toda carga

24 **Educação**
O primeiro plano

28 **Perfil**
David Lerer – O revolucionário cordial

38 **Economia**
Divisão que multiplica



Jovens tocam taikô na sessão solene

Equipe de Eventos/CMSP

Amizade de 120 anos

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) realizou uma série de eventos para celebrar os 120 anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão e o centenário de fundação do Consulado-Geral japonês em São Paulo.

Um dos destaques das comemorações foi a sessão solene, realizada em 10 de novembro, para homenagear a comunidade japonesa em São Paulo. Os membros da Comissão Organizadora das Comemorações, vereadores Aurélio Nomura (PSDB), George Hato (PMDB), Ota (PROS) e Ushitaro Kamia (PSD); deputados estaduais Hélio Nishimoto (PSDB) e Jooji Hato (PMDB); e deputados federais Keiko Ota (PSB) e William Woo (PV), indicaram 18 japoneses ou descendentes para receber as honrarias.

O cônsul-geral do Japão em São Paulo, Takahiro Nakamae, fez um breve histórico do tratado e agradeceu a forma como os japoneses e suas empresas têm sido recebidos no Brasil. “Esses eventos confirmam o reconhecimento da nossa rica história de amizade”, afirmou no evento.

Cerca de 400 pessoas prestigiaram a sessão solene, que também contou com exibição de taikôs, tambores tradicionais japoneses.

Também como parte das comemorações, a Escola do Parlamento da CMSP organizou, nos dias 11 e 12 de novembro, um seminário que analisou aspectos econômicos e culturais de ambos os países. Um dos palestrantes foi Heizo Takenaka, ex-ministro da Economia do Japão.

No hall de entrada do Palácio Anchieta, sede da CMSP, foi monta-



Exposição de fotos mostra os 60 anos da Bunkyo

Luiz Franco/CMSP

da a exposição fotográfica Bunkyo: 60 anos – sua trajetória. Com 270 fotos, foram apresentadas as atividades da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (Bunkyo) desde 1955, quando foi criada para reorganizar as atividades dos nipo-brasileiros após a Segunda Guerra Mundial.

CMSP promove seminário sobre comunicação

Os caminhos da comunicação pública foram discutidos, em 8 e 9 de outubro, no seminário promovido pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Dezoito profissionais de vários veículos e instituições analisaram formas de se comunicar com a sociedade.

“A comunicação pública é a grande ferramenta com a qual o poder público pode se expressar de forma adequada perante a cidadania”, afirmou o diretor-presidente da Escola, Christy Pato, na abertura do evento. Ao todo, foram seis painéis, que discutiram desde aspectos teóricos da comunicação pública até as formas mais efetivas de praticá-la.

Os debates podem ser vistos no canal do Portal da Câmara, no link www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/multimedia/galeria-video.



Jornalista Oswaldo de Camargo recebe o Título de Cidadão Paulistano

Equipe de Eventos/CMSP

Palmas para Grande Otelo e Oswaldo de Camargo

O centenário do ator, comediante, cantor, escritor e compositor Grande Otelo, morto em 1993, foi comemorado na CMSP, em 22 de outubro. Representantes do movimento negro estiveram na cerimônia, que contou também com apresentações musicais do grupo Escambau. “Homenagear o Gran-

de Otelo significa reconhecer valores importantes de uma pessoa que superou barreiras, inclusive raciais, para poder ocupar seu espaço”, afirmou o vereador Paulo Fiorilo (PT), que propôs o ato.

No dia 27 do mesmo mês, a Câmara também prestou homenagem ao jornalista, escritor e militante do movimento negro Oswaldo de Camargo. Por iniciativa do presidente Antonio Donato (PT), Camargo recebeu o Título de Cidadão Paulistano.

Prêmio Vladimir Herzog tem recorde de inscritos

O 37º Prêmio Vladimir Herzog é entregue a trabalhos jornalísticos que tratam de direitos humanos. Esta edição contou com o apoio da CMSP e teve 612 inscritos, recorde da premiação.

A cerimônia de entrega, realizada em 20 de outubro no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, lembrou os 40 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog. A lista dos premiados está no site www.premiovladimirherzog.org.br.

Projetos dos vereadores recebem votação popular

Projetos de lei propostos pelos vereadores de São Paulo estão disponíveis para receber a opinião dos cidadãos na plataforma Votenaweb (www.saopaulo.votenaweb.com.br). Com a ferramenta, é possível comentar sobre o projeto e avaliar a sua importância, votando sim ou não. “A plataforma nos permite ter mais um canal de diálogo com o cidadão, porque não vamos saber apenas o voto dele, mas a opinião, e isso permitirá que possamos melhorar os projetos”, explica o presidente da CMSP, Antonio Donato (PT).



Página inicial do Votenaweb/São Paulo

ERRATA

No perfil de Alcântara Machado, publicado na edição passada, há erro na legenda da página 34. O ex-vereador está à direita e seu pai, Brasília, à esquerda.

Christian Dunker

Psicanalista analisa como a vida em condomínio transforma nosso jeito de olhar a cidade

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br



“Muro cria um sentimento de insegurança permanente”

Fábio Lazari/CMSP

“Portal do Morumbi. Aqui todo dia é domingo” ou “Vila das Mercês. O direito de não ser incomodado”. Com esses slogans, os condomínios surgiram em São Paulo a partir dos anos 70, espalhando sua promessa de uma forma de vida cercada por todo tipo de muros – tanto os concretos, de tijolos, como os simbólicos, das raças e classes sociais.

A lógica dos condomínios, baseada na criação de barreiras para excluir as diferenças, é o ponto de partida do livro *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros* (Boitempo), lançado neste ano pelo psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker, 49 anos, fundador do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo (USP). Buscando analisar o Brasil como um paciente no divã, Dunker identifica na mentalidade dos condomínios um dos principais sintomas do mal-estar vivido por esse paciente. Na entrevista, o psicanalista analisa como a lógica da vida entre muros espalhou-se pelas cidades e sugere outros símbolos para a gente pensar a relação com os outros, trocando a rigidez agressiva dos muros pela fluidez do litoral.

A conversa com Dunker abre uma nova seção da *Apartes*, que passa a entrevistar personalidades que têm algo a dizer sobre os problemas e as possibilidades da vida na cidade.

Como surge a “lógica dos condomínios” descrita em seu livro?

Nos anos 70, há uma atitude do Estado de se demitir da mediação entre o espaço público e o privado. Há toda uma indústria de entrega para grupos particulares daquilo que seria um bem simbólico para todos. Isso se cristaliza na disseminação dos condomínios, a partir de 1973, que é um acontecimento muito brasileiro.

Por quê? O que diferencia o condomínio brasileiro de outros?

O condomínio americano e inglês e as vilas italianas tentam resgatar a ideia de comunidade, com a noção

de diferenças individuais. Os nossos condomínios nasceram como uma tentativa de solucionar o problema dos empregados domésticos: contratar seguranças e babás, todos uniformizados e cada um no seu lugar. O espírito da coisa era segregacionista. Uma comunidade que não é uma comunidade, porque o acesso é por renda. É então que começam a se formar nos condomínios um conjunto de patologias: tédio, esvaziamento, disputas narcí-

sicas (quem é que tem a caminhonete mais larga?). Isso deu molde para uma mentalidade que enlaça o condomínio real com a prisão (o Brasil é o país com a quarta maior população carcerária do mundo), com a favela, que é outro tipo de dispositivo de segregação, e com o shopping center – aliás, os mesmos empreendedores e incorporadores dos shoppings fizeram os condomínios. A lógica de condomínio é um sintoma brasileiro.

Qual é o efeito dessa lógica dos condomínios na vida das cidades?

Tem uma consequência para o entendimento do que é relação entre público e privado. Num país em que a gente molda um laço social à base do condomínio, ou seja, muro para excluir a diferença e síndico para gerir interesses, uma das consequências é o excesso de confiança na lei. A gente acha que a única forma de tratar problemas e diferenças sociais é mais leis, leis mais duras ou leis melhores. “Chama o síndico!”, como diz o Jorge Ben Jor.

O próprio poder público passa a ser visto como um síndico?

Exatamente. Os nossos políticos, durante muito tempo, entraram nessa retórica de ser um síndico. É um tipo de política barata, em que o político se demite de sua função mais fundamental, de problematizar, pensar e planejar o que seria o espaço público.

Outra discussão forte é a das ruas fechadas.

Tem a rua fechada que é a vila, onde há uma população de idosos,

que troca favores e usa o centro da vila como lugar de encontro. Isso é uma coisa. Muito diferente de jovens casais de classe média que querem ter os benefícios da rua sem conviver com ela. Agora perceberam o inferno dos condomínios, dos edifícios planejados. No fundo, você tem o mesmo espaço físico, mas num caso tem a lógica de condomínio, e no outro não.

Como imaginar uma mentalidade diferente dessa dos condomínios?

A gente pode imaginar que existem outras maneiras de criar



“Há uma mentalidade que enlaça o condomínio com a prisão”

Fábio Lazari/CMSP

limites. O litoral. Pensa numa maré. Uma hora está alta, outra hora está baixa. A praia cria uma limitação, o mar de um lado e terra do outro, mas ela não faz uma fronteira no sentido de uma linha, onde não tem sequer um centímetro nem para lá, nem para cá. Cria uma espécie de imagem que a gente absorve e leva para a noção de diálogo, de que às vezes você invade o meu espaço, mas eu invado o seu também e a gente junto vai criando. A gente tem que falar, negociar, conversar para chegar nesse ponto de laço com o outro. O que o muro faz é suspender isso.



“Jovens casais de classe média querem os benefícios da rua sem conviver com ela”

Essa lógica do muro aparece no debate sobre mobilidade. É como se carros e bicicletas devessem estar em conflito.

Eles estão em conflito. Foram tantos anos de política de condomínio, que agora a gente se vê numa situação de refazer essa conversa em outras bases. Em vez do medo e da inveja, aparece o ódio, o ressentimento social.

Como o poder público poderia trabalhar com a lógica do litoral, em vez de lidar com a lógica do muro e do síndico?


Vou dar um exemplo meio caricato e específico. Nossa polícia precisa aprender a falar. Bater menos e falar mais. Perguntar antes. Conversar. É a noção de que, entre o crime e a adequação, tem um litoral. Tem uma história, uma contingência que você precisa recuperar. A justiça reparadora é uma experiência muito interessante. Em vez de prender ou fazer

pagar, você conversa com o outro. A gente prefere a solução institucional. Chama meu advogado e ele resolve isso para mim, eu não tenho que me comprometer.

Eu não tenho que olhar o outro.

Não tenho. Isso é muro, é fronteira. No litoral, tem que falar com o outro, falar em primeira pessoa. Tem que resolver num contexto em que a gente assume que o conflito existe. A gente não tem os mesmos interesses: um quer uma coisa, outro quer outra. Mas nós temos o consenso de que existe uma lei geral de que esse conflito se trata pela palavra, tendo em vista um bem comum.

O muro barra a visão. Você não consegue enxergar o que está além.

Daí o muro cria uma série de coisas. Como eu não te enxergo, eu não sei se você é um dragão de três cabeças ou um cara barbudo com uma cara mais ou menos simpática. Fatalmente, ali onde não vejo, crio fantasias, e vão ser do pior, porque eu criei o muro para me proteger de você. O muro cria o problema que ele pretendia evitar: um sentimento de insegurança permanente. Cada vez que entra num elevador que tem um código especial de acesso, você se lembra de que alguém pode passar ali e fazer um assalto. Está sendo permanentemente lembrado, pelos dispositivos de proteção, de que a vida é perigosa. E ela é mesmo. Mas a gente precisa lembrar e agir em função disso o tempo todo? Acho que não. 



SIMPLIFICAÇÃO
Nova lei sobre edificações deve descomplicar as construções e reformas

Equipe de Eventos/CMSP

Por dentro das edificações

Câmara e paulistanos atuarão em conjunto para aprovar um Código de Obras com regras mais simples

A proposta de um novo Código de Obras e Edificações (COE), complemento da Lei de Zoneamento e uma das principais leis urbanísticas da cidade, foi enviada pela Prefeitura à Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e será debatida pelos paulistanos.

Enquanto a Lei de Zoneamento prevê regras como o porte máximo das construções, o COE vale para os espaços internos de lotes e construções. Determina, por exemplo, quantos banheiros deve ter uma casa de shows ou uma escola, e quais são as condições de segurança e acessibilidade adequadas a cada unidade.

O novo Código de Obras está delineado no Projeto de Lei (PL) 466/2015, entregue aos vereadores no dia 3 de setembro. As diretrizes se aplicam a reformas e a novas edificações.

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou **Karine Seimoha**,
aluna do curso Repórter do Futuro

Na avaliação dos consultores técnicos em arquitetura da CMSP Carlos Morinaga e Pedro Campones, a principal intenção do PL 466 é simplificar e agilizar o licenciamento e a fiscalização das obras. “A lei em vigor (11.228/1992) tem um anexo enorme, com aspectos técnicos sobre procedimentos de licenciamento e documentação necessária, que já estão embutidos no corpo deste projeto, bem mais enxuto”, explica Morinaga.

Uma das modificações do texto enviado pelo Executivo refere-se à dispensa de licença da Prefeitura para intervenções de baixo impacto urbanístico, como construções de muro de divisa e obras complementares com até 30 m². Outra inovação é a



INÍCIO • A primeira audiência pública sobre o Código de Obras ocorreu em 15 de outubro

PRINCIPAIS LEIS URBANÍSTICAS



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano



“Para mudar a cidade, temos que fazer valer a legislação”

Ermínia Maricato é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), foi secretária executiva do Ministério das Cidades entre 2003 e 2005 e secretária municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, entre 1989 e 1992. Ela falou à **Apartes** sobre o que espera do novo Código de Obras paulistano:

ENTREVISTA | Ermínia Maricato

Como a senhora avalia a revisão dos instrumentos de planejamento urbano, feita pela Câmara e pela Prefeitura, com grande participação popular?

Maricato: O trabalho foi bem feito, valeu a pena abrir à participação. O que fica agora é uma expectativa quanto à aplicação desses instrumentos. Porque nós temos tradição de fazer bons planos diretores, de fazer legislações boas, interessantes, e não aplicar. Uma parte da sociedade vive fora da lei por não ter nem condição de entrar no mercado imobiliário, que é altamente especulativo. Por isso, o mais importante para mudar a vida da cidade é essa legislação ser apropriada pela população, para que fiscalize sua aplicação e a faça valer.

Quais os principais ganhos com o PDE e em que pontos espera que a cidade evolua depois de aprovados a Lei de Zoneamento e o Código de Obras?

Acho que é um bom Plano Diretor. Seus principais avanços são os corredores verticais com prioridade para moradias que têm pouca garagem, além de outro ponto, que realmente me falou ao coração: a demarcação da área rural no sul do Município, com a ideia de adequar o turismo local. E estava fazendo muita falta um Código de Obras que deixasse de lado o que não é prioritário e não cabe ao poder público regular, por exemplo o interior de um edifício. São ótimas leis.

possibilidade de pedir o licenciamento por meio de um projeto simplificado, assinado por engenheiro ou arquiteto – o que torna desnecessário o detalhamento de divisões internas dos ambientes. A adequação do espaço interno às normas e leis passa a ser de responsabilidade exclusiva do técnico que

assina o projeto, sem depender dos profissionais da Prefeitura.

O PL do novo Código de Obras passará por um processo de consulta popular, em audiências públicas, e pode sofrer alterações durante a tramitação pela Câmara. O documento foi submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ), para verificação de legalidade, e depois seguiu para a Comissão de Política Urbana, que coordenará as audiências públicas. Após receber as sugestões e passar pelas demais comissões pertinentes, o projeto será votado duas vezes na CMSP e seguirá para sanção do prefeito Fernando Haddad (PT).

Caminhos livres

Ações facilitam o acesso de deficientes visuais a lazer, transporte e outros direitos

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou **Karine Seimoha**, aluna do curso Repórter do Futuro

Camila Marinho, mãe de Enzo, é cega e “teve o filho nos braços” por duas vezes antes de ele nascer. Foi “indescritível” e “emocionante”, lembra. Grávida de nove meses no fim de outubro, quando falou à **Apartes**, a assistente administrativa havia ganhado modelos experimentais de um consultório particular, que imprimiu o ultrassom do feto em 3D, na forma de um boneco feito de resina. A impressão foi feita em dois momentos distintos da gestação e em tamanho real. “Parece extravagante, mas está embutido no conceito de acessibilidade que a mãe cega possa perceber o bebê em seu útero, já que as outras mães podem ver a imagem do ultrassom”, diz João Felipe, especialista em acessibilidade e mobilidade da Associação Laramara, centro de pesquisas e serviços ao indivíduo com deficiência visual de São Paulo.

“Existe muita diferença entre sentir o meu bebê e apenas ouvir os batimentos cardíacos dele”, conta Camila. A assistente foi pioneira de uma novidade que pode se estender a outras gestantes com a mesma deficiência que a dela. O Projeto de Lei (PL) 219/2015, da vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), garante impressão de ultrassom em 3D a todas as grávidas cegas atendidas pela rede de saúde pública municipal. Um dos objetivos é ajudar a fortalecer o vín-

RISO
Yuri, que tem baixa visão, diverte-se ao lado do pai, Fernando, na Associação Laramara

culo entre mãe e bebê, sem depender da descrição do médico sobre as feições, tamanho e sexo da criança. Para Camila, a ideia é ótima se, quando virar lei, não houver burocracia para as mães conseguirem seus modelos em três dimensões.

A impressão do corpo inteiro do feto custa cerca de R\$ 3 mil, segundo o especialista em medicina fetal Heron Werner, um dos idealizadores da tecnologia em uma empresa incubada no Instituto Nacional de Tecnologia, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

SUPER-HERÓIS

Sem visão desde os sete anos, o advogado Carlos Alexandre Campos, consultor de acessibilidade do Memorial da América Latina, em São Paulo, diz que não precisa enxergar para sentir a expressão artística de uma pintura. “Arte é muito mais sentimento do que concretude”, define. No entanto, considera indispensável receber materiais de apoio para

ÔNIBUS • Projetos de lei de Valdecir Cabrabom facilitam acesso de deficientes visuais aos coletivos



Equipe de Eventos/CMSP



TECNOLOGIA
Camila Marinho e o marido, Roger Marques, ganharam a impressão do ultrassom em 3D

construir mentalmente as imagens que as demais pessoas podem ver. Por exemplo, réplicas em 3D ou bidimensionais e informações técnicas sobre as obras e o ambiente, transmitidas por braile ou audiodescrição.

“Quem nasceu sem visão, particularmente, não tem muitas referências de formas, cores, paisagens, fisionomias e pode se sentir frustrado se receber informações insuficientes para a sua compreensão”, explica Campos, que também é membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e coordenador da Pastoral das Pessoas com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo.

Na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) tramita o PL 503/2015, do vereador Ari Friedenbach (PHS), segundo o qual os espaços culturais do Município devem adaptar suas obras de arte quando isso for necessário para que visi-

tantes com deficiência também as sintam com “riqueza de detalhes”. Na justificativa da proposta, o parlamentar diz querer atender, principalmente, os 345 mil paulistanos cegos ou com grande dificuldade de visão. Segundo Friedenbach, experiências que explorem todos os sentidos podem oferecer “uma nova visão”, inclusive, a quem enxerga.

“É muito bom ter museu e teatro à disposição, mas a gente precisa conseguir chegar lá, ter uma boa acessibilidade no mobiliário urbano, para não ter a perna quebrada, por exemplo”, lembra Leonardo Ferreira, que é cego desde a infância e trabalha com tecnologia assistida na Laramara.

Bem diferente do Demolidor, super-herói cego da Marvel que desvia até de armas de fogo usando os sentidos restantes, Leonardo e a maior parte das pessoas com a



Leis para pessoas com deficiência visual

E projetos apresentados entre 2013 e out/2015

Bares, restaurantes, lanchonetes ou hotéis com **cardápio em braille**

Lei 12.363/1997, de Domingos Dissei

Adaptação de obras de arte a pessoas com deficiência

PL 503/2015, de Ari Friedenbach (PHS)

Divulgação sonora de regras de segurança em **casas de show**

PL 474/2014, de Eduardo Tuma (PSDB)

Adaptação de pelo menos 20% dos **brinquedos em parques públicos**

PL 307/2014, de Reis (PT)



mesma deficiência se locomovem fora do ambiente doméstico com várias dificuldades. O técnico já foi quase atropelado ao atravessar um semáforo sem sinalização sonora. Duas semanas antes da entrevista à **Apertes**, ganhou um hematoma na perna ao trombar no engate de um carro parado na calçada.

“Na maioria dos lugares tem calçadas extremamente esburacadas, com vasos ou mesas de bar em que a gente tropeça, portão que abre e você bate a cabeça, orelhão mal posicionado e um monte de obstáculos que nos impedem de ter uma vida mais saudável”, enumera Leonardo. “Aprendemos a nos proteger, mas a família tem um grau de apreensão”, desabafa. Para ele, já existe tecnologia suficiente para que a cidade seja mais inclusiva.

A locomoção pelo Município era ainda menos amigável antes de garantias aprovadas pela CMSP. A Lei 15.914/2013, idealizada pelo vereador Toninho Vespoli (PSOL), assegura às pessoas com deficiência o direito de descer dos ônibus municipais fora das paradas obrigatórias. Mais antiga, a Lei 11.250/1992, projeto de Edson Falanga, isenta de pagar tarifa no transporte coletivo paulistano quem tiver deficiências.

Além das conquistas no âmbito local, há direitos previstos na legislação nacional, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Um dos trechos da norma fe-



LOCALIZAÇÃO • Lei proposta por Noemi Nonato exige nomes de ruas em braille, nos postes

deral determina a instalação de piso com sinalização tátil em locais públicos com risco de acidente. Na capital paulista, a Prefeitura é obrigada a instalar nos postes, de forma gradual, placas em braille com os nomes das

vias públicas. A determinação veio da Lei 15.898/2013, proposta pela vereadora Noemi Nonato (PROS).

PERCURSOS

Em tramitação na Câmara Municipal estão outros projetos de lei (veja infográfico abaixo) que visam melhorar a acessibilidade em São Paulo. O PL 171/2015, de Valdecir Cabrabom (PTB), prevê a cessão, pela Prefeitura, de um dispositivo para a pessoa com deficiência visual digitar a linha do ônibus que deseja utilizar. O número ficaria registrado em um painel luminoso no ponto, visível ao motorista. Na mesma linha, o PL 480/2014, de Cabrabom e Vavá (PT), determina que o Executivo instale, nos ônibus, dispositivos de aviso sonoro que sinalize ao passageiro deficiente a aproximação do veículo solicitado.

Os autores das propostas contam que prefeituras como a de Jaú (SP) adotaram, em toda a frota de veícu-

los, a tecnologia que permite comunicação entre passageiro e motorista. “Essas propostas, que facilitam a mobilidade, são tão importantes, mas tão importantes, que eu não sei por que não estão funcionando em São Paulo, qual é a dificuldade”, questiona o técnico Leonardo, que já usou em Curitiba (PR) um sistema público de comunicação com os ônibus.

Quem utiliza táxi e quer levar um cão-guia pode ser beneficia-

Impressão do ultrassom do feto em 3D para mães cegas atendidas pela rede pública

PL 219/2015, de Patrícia Bezerra (PSDB)



Nomes das **vias públicas** escritos em braille nos postes

Lei 15.898/2013, de Noemi Nonato (PROS)

Dia da **independência** das pessoas com Deficiência Visual

Lei 15.343/2010, de Adolfo Quintas (PSDB)

Dia do **Braille**

Lei 14.925/2009, de Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Semana de conscientização sobre **potencialidades profissionais** de pessoas com deficiência visual

Lei 14.791/2008, de Paulo Frange (PTB)

Impressão em braille do boleto de IPTU

PL 351/2015, de Anibal de Freitas (PSDB), e PL 110/2014, de Ricardo Nunes (PMDB), Floriano Pesaro, José Américo, Marta Costa



Impressão em braille, pelas instituições financeiras, de boletos, extratos e outros documentos

PL 431/2014, de Reis (PT)

Descrição de alimentos em **braille** nos balcões de restaurantes **self-service**

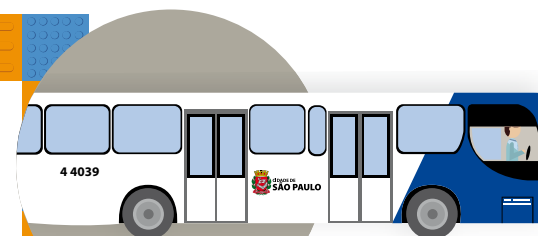
PL 57/2015, de Laércio Benko (PHS)

Oferta de material em **braille** nos cursinhos **pré-vestibular**

PL 390/2013, de Aurélio Miguel (PR)

Reserva para deficientes de **habitações** construídas pela Prefeitura

PL 72/2013, de Toninho Vespoli (PSOL)



Possibilidade de descer **fora** das paradas de ônibus obrigatórias

Lei 15.914/2013, de Toninho Vespoli (PSOL)

Isenção de tarifa no transporte coletivo municipal

Lei 11.250/1992, de Edson Falanga

Divulgação no site da Prefeitura das vagas de **estacionamento** exclusivas

PL 274/2015, de Atilio Francisco (PRB)

Dispositivo para **expor**, aos motoristas de ônibus, o **número da linha** digitada em dispositivo

PL 171/2015, de Valdecir Cabrabom (PTB)

Ingresso com **cão-guia no táxi**

PL 134/2015, de Salomão Pereira (PSDB) e Rodolfo Despachante

Isenção de tarifa no **transporte coletivo** também a quem tem visão monocular

PL 58/2015, de Adolfo Quintas (PSDB) e Ushitaro Kamia (PSD)

Transformação em lei do Serviço de Atendimento Especial (**Atende**), de transporte gratuito

PL 564/2014, de Senival Moura (PT)

Aviso sonoro pelos veículos de transporte público para informar sua identificação e aproximação

PL 480/2014, de Valdecir Cabrabom (PTB) e Vavá (PT)

Sinal sonoro nos semáforos

PL 339/2014, de Eduardo Tuma (PSDB)

Anúncio sonoro dentro dos ônibus coletivos para informar sobre o itinerário e a linha

PL 330/2014, de Antonio Donato (PT), Eduardo Tuma (PSDB) e Netinho de Paula (PDT)

Cessão gratuita de **cão-guia** a cegos de baixa renda

PL 75/2014, de Edir Sales (PSD)

Adaptação de **semáforos** a deficientes visuais e daltônicos

PL 528/2013, de Eduardo Tuma (PSDB)



SENSAÇÃO • Carlos Campos no museu do Memorial América Latina, onde obras podem ser tocadas. No detalhe, material de apoio do museu



do se o PL 134/2015, de Salomão Pereira (PSDB) e Rodolfo Despachante, transformar-se em lei. Os vereadores propõem regras para permitir a aplicação municipal desse direito, que já existe em legislação federal ainda não regulamentada. Os atendidos pela Laramara relatam uma evolução no tratamento pelos taxistas, que estão cada vez mais receptivos aos cães.

No entanto, na justificativa do projeto de lei, os autores afirmam que muitos taxistas têm sido punidos com multas, advertências e suspensão da Carteira Nacional de Habilitação por transportarem os cachorros. A ideia do PL é estabelecer uma regra clara aos motoristas de táxi, além de beneficiar outra categoria profissional, pois com a aprovação do projeto, espera-se que sejam criadas condições para profissionais treinadores de animais se especializarem.

Para os que se deslocam a pé, a sinalização sonora dos semáforos para pedestres pode ajudar muito. A falta desse recurso, que quase rendeu um atropelamento a Leonardo, é tratada no PL 528/2013, de Eduardo Tuma (PSDB). A proposta é que os semáforos sejam adaptados aos deficientes visuais e daltônicos, com alertas sonoros diferenciados para cada cor. Em 2013, apenas 0,03% dos semáforos para pedestres da cidade emitia sons de alerta, segundo levantamento da Laramara.

De carro ou a pé, se o destino da pessoa cega for um bar, restaurante, lanchonete ou hotel, poderá exigir cardápio em braile. A determinação está na Lei 12.363/1997, proposta por Domingos Dissei. O especialista e professor João Felipe, da Larama-

ra, gostaria que mais restaurantes cumprissem essa obrigação e oferecessem, também, informações audiodescritas, já que muitos deficientes não sabem ler em braile.

POTENCIAL

Antes de atuar na Laramara, Leonardo Ferreira trabalhou no Corpo de Bombeiros, como auxiliar administrativo, e em uma administradora de planos de saúde. Na última empresa, não exerceu qualquer função. “Mesmo recebendo, com carteira assinada, saí de lá sem ter trabalhado um dia sequer”, conta o técnico. “Ao me contratarem, queriam apenas cumprir a lei de cotas, sem saber que uma pessoa com deficiência visual pode produzir tanto quanto uma pessoa com visão normal”, diz. As cotas mínimas de contratação de deficientes por empresas privadas, definidas em lei federal, deixarão de existir em janeiro de 2016, com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionado em julho.

COMPANHEIRO • Salomão Pereira apresentou projeto de lei para que táxis aceitem cães-guia



MUDANÇA • João Felipe, especialista em acessibilidade: “há uma abordagem nova em relação ao deficiente”

“Uma pessoa com deficiência visual pode fazer tudo o que uma pessoa de visão normal faz, excetuando-se o que exija controle visual permanente, apurado”, explica João Felipe. Portanto, o indivíduo cego ou com baixa visão pode e deve exercer a profissão que escolher. Na cidade de São Paulo, a segunda semana de dezembro é oficialmente dedicada a ações públicas e privadas para conscientizar indivíduos com deficiência visual sobre suas potencialidades profissionais.

A ideia é do vereador Paulo Frange (PTB), autor do projeto que estabeleceu a semana de conscientização. “Historicamente, essas pessoas ficaram excluídas dos diferentes contextos de participação social”, diz Frange na justificativa do projeto. “Desinformação, preconceito e ausência de marcos legais foram determinantes na formação desta conjuntura”, completa. Por leis aprovadas na CMSP, o Município ainda celebra o dia da independência das pessoas com deficiência visual, em 15 de outubro (proposta de Adolfo Quintas, do PSDB) e



SINAL • Leonardo Ferreira em semáforo sonoro de São Paulo

o dia do sistema de leitura braile (PL de Antonio Carlos Rodrigues).

Há 40 anos, a meta de João Felipe é mostrar que seus atendidos na Laramara têm obrigações e direitos, e que cabe também a eles promover a mudança que desejam na comunidade. O professor acredita que há uma novidade em curso, com uma abordagem diferente em relação à pessoa com deficiência e a circulação delas por diversos cenários, mesmo com barreiras físicas e sociais. “A transformação não está ocorrendo na quantidade e qualidade que gostaríamos, mas há uma melhora”, analisa.

No espaço de brinquedos da Associação Laramara, a equipe da

Apartes encontrou às gargalhadas o controlador de acesso Fernando Lima e seu filho Yuri, de 2 anos, que brincava em um cavallinho com molas. Yuri tem baixa visão e outras deficiências associadas, mas o pai não vê qualquer diferença entre seu menino e as outras crianças: “Ele vai se desenvolver também, só vai demorar um pouquinho mais”.

Veja também na programação da TV Câmara:



www.camara.sp.gov.br/tvcamara

A toda carga

Veículos elétricos ganham incentivos e podem deixar a cidade mais silenciosa e menos poluída

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br
Colaborou Matheus Briet

Eles são silenciosos (“nem parece que o carro está ligado”, costumam dizer os motoristas), não emitem gases poluentes e, embora mais caros, são econômicos e têm manutenção mais barata. Contudo, os carros elétricos, que têm pelo menos um motor movido a eletricidade, ainda são raros no Brasil.

Segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE), Ricardo Guggisberg, no País existem apenas cerca de 3 mil carros elétricos e híbridos. Destes, pelo menos 400 estão nas ruas paulistanas.

Para aumentar o número de automóveis movidos a energia na cidade, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) criou, no ano passado, a Lei 15.997/2014, que estabelece a política municipal de incentivo ao

uso de carros elétricos, híbridos (os que funcionam com eletricidade ou com combustíveis tradicionais) ou movidos a hidrogênio. Dois estímulos estão previstos na legislação: devolução de 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e isenção do rodízio municipal. A devolução do IPVA será restrita aos cinco primeiros anos de tributação e a base de cálculo (valor venal do veículo) deverá ser igual ou inferior a R\$ 150 mil.

O autor do projeto que originou a lei, vereador Antonio Donato (PT), explica que é uma tendência mundial o incentivo à produção e comercialização de veículos movidos à energia limpa. “São Paulo não poderia ficar de fora”, diz. Segundo ele, trata-se de uma iniciativa pioneira e simbólica: “Esperamos que os

CURIOSIDADE
“Os passageiros fazem muitas perguntas”, diz Gelio, enquanto recarrega seu táxi no eletroposto (detalhe)



governos estadual e federal sigam o exemplo e barateiem a carga de impostos incidentes na produção destes veículos, para que se tornem mais acessíveis economicamente”.

Em agosto, a Prefeitura de São Paulo regulamentou a Lei 15.997 e anunciou que metade do IPVA será devolvida na conta corrente do proprietário do veículo. De acordo com as regras do IPVA 2015, definidas pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, a alíquota para carros elétricos é de 3% do valor venal. No Estado, os percentuais vão de 1,5% a 4%.

O IPVA é um imposto estadual, mas o Estado repassa metade do va-

lor arrecadado para a Prefeitura da cidade onde houve o emplacamento. É essa quantia que será usada para estimular os proprietários de veículos elétricos em São Paulo.

“Espero que todos façam um esforço para a troca da frota, que passará a ser mais moderna, menos poluente e mais condizente com questões do meio ambiente, de saúde pública e de sustentabilidade”, afirmou o prefeito Fernando Haddad (PT).

Em setembro, a Prefeitura anunciou que os automóveis elétricos ou híbridos estão fora do rodízio. Haddad lamentou que a frota

EXPERIÊNCIA • Projeto do táxi elétrico ajuda a apresentar a tecnologia aos paulistanos, explica Auriemma



ainda seja pequena e explicou que as medidas têm o objetivo de aumentar esses números. “Queremos que carros elétricos baratos sejam produzidos no Brasil”, afirmou o prefeito. Nas contas do Executivo, 387 carros de passeio elétricos serão beneficiados pelo decreto.

Um mês depois, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, anunciou que havia zerado o Imposto de Importação (II) de carros elétricos ou movidos a hidrogênio, que era de 35%.

TÁXIS

Quem estiver em São Paulo e quiser conhecer um veículo a eletricidade é só usar um dos dez táxis com essa tecnologia disponíveis em três pontos da cidade (Avenida Paulista com Rua da Consolação, em frente ao Theatro Municipal e na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini). “O projeto procura aproximar os paulistanos dos carros elétricos”, explica o presidente do Sindicato das Empresas de Táxi do Estado de São Paulo (Sinataxi) e da Associação das Empresas de Frota de Táxi do Município de São Paulo (Adetax), Ricardo Auriemma. Segundo ele, empresas de frota, taxistas e passageiros têm elogiado os veículos.

O presidente da Adetax acredita que o reembolso de parte do IPVA e a isenção do rodízio vão impulsionar o uso. “Essa decisão é a cara de São Paulo, mostra que o poder público está antenado com as novas tecnologias.”

Há três anos trabalhando com um táxi elétrico, Jeferson Carlos Gelio é só elogios. “É mais econômico e posso reabastecê-lo até em casa”, conta. Com R\$ 12 é possível carregar uma bateria e andar cerca de 150

quilômetros. Se o motor fosse a gasolina, com R\$ 12 compraria por volta de 4 litros, suficientes para rodar uns 40 quilômetros. Outras vantagens são que o motor não esquenta e a manutenção é mais barata, pois não há radiador, nem vela no motor.

Pela reação da maioria dos passageiros de Gelio e de outros motoristas que veem seu táxi, o sinal está verde para os veículos a eletricidade: ficam impressionados e fazem perguntas sobre o funcionamento do motor.

“Respondo com orgulho sobre meu carro porque confio no veículo elétrico”, diz. De carona no táxi de Gelio, a equipe de reportagem da **Apartes** testemunhou o quanto a experiência é silenciosa: é possível ouvir até o som dos pneus passando pelo asfalto.

Apesar do otimismo, os caminhos dos veículos elétricos não estão totalmente pavimentados. O preço, em média, é cerca de 50% maior que os de modelos a gasolina e existem poucos postos de carregamento, também chamados de eletropostos (cerca de dez na cidade). “Ainda são caros,

principalmente por causa dos impostos”, lamenta Ricardo Guggisberg. Mas elogia os estímulos como os dos governos municipal e federal: “Mostram que há interesse no desenvolvimento desse tipo de carro”. O presidente da ABVE também acredita que o número de eletropostos vai aumentar à medida que mais modelos elétricos circularem pelas ruas paulistanas.

PROPOSTAS

A Câmara está analisando mais formas de incentivo ao transporte limpo. O Projeto de Lei (PL) 374/2013,

apresentado pelo vereador Laércio Benko (PHS) e que pretende instituir o programa de modernização da frota municipal de transporte público, determina que todos os veículos que operam transporte coletivo de passageiros deverão contar com motor elétrico, híbrido ou por combustão a etanol. Sobre o mesmo tema, o vereador Gilberto Natalini (PV) apresentou o PL 216/2003 e o vereador Davi Soares (PSD) propôs o PL 277/2011, para que a frota de ônibus seja movida a combustíveis menos poluentes.

Atualmente, segundo a SPTrans, circulam na cidade de São Paulo 201 trólebus (ônibus ligados à rede elétrica por roldanas, também chamadas de troles). Eles operam em 11 linhas do sistema, transportando por mês uma média de 2.578.212 passageiros. Em operação, há também um ônibus movido a bateria, além de planos para inserir mais duas unidades a bateria nos próximos meses.

MODELO • “Que os governos estadual e federal sigam o exemplo de São Paulo”, diz o vereador Donato



Fábio Lazari/CMS



Ricardo Moreno/CLSP


TENDÊNCIA • O carro elétrico será muito usado nos centros urbanos, prevê Joel Leite

O PL 86/2014, também de Natalini, exige que todas as motocicletas utilizadas pela administração municipal sejam de modelos flex, elétricos ou híbridos (a combustível e eletricidade). Na justificativa do projeto, o vereador afirma que a Prefeitura “tem obrigação de oferecer um bom exemplo e em coerência com o disposto na Política Municipal de Mudanças Climáticas”.

Outro projeto, o 63/2014, apresentado pelo vereador Eduardo Tuma (PSDB), cria reservas de vagas em shoppings centers para “automóveis ecológicos”- que não são movidos exclusivamente por motores a combustão, tais como os híbridos, solares, a hidrogênio ou elétricos.

De acordo com Joel Leite, diretor da agência de notícias Autoinforme, o carro elétrico em breve vai ocupar um espaço maior, basicamente nas cidades. “É um veículo que funciona muito bem nos centros urbanos, onde há mais possibi-

lidades de recarregar as baterias”. Ele acredita que o principal resultado dos incentivos municipais é a ampliação dos debates sobre os modelos movidos a energia alternativa.

Outro possível efeito desses incentivos é propiciar que mais veículos elétricos ou híbridos circulem pelas ruas. Com isso, os paulistanos terão uma cidade mais limpa e com menos barulho. 

SAIBA MAIS

Sites

Associação Brasileira de Veículos Elétricos. www.abve.org.br

Instituto Nacional de Eficiência Energética. www.inee.org.br

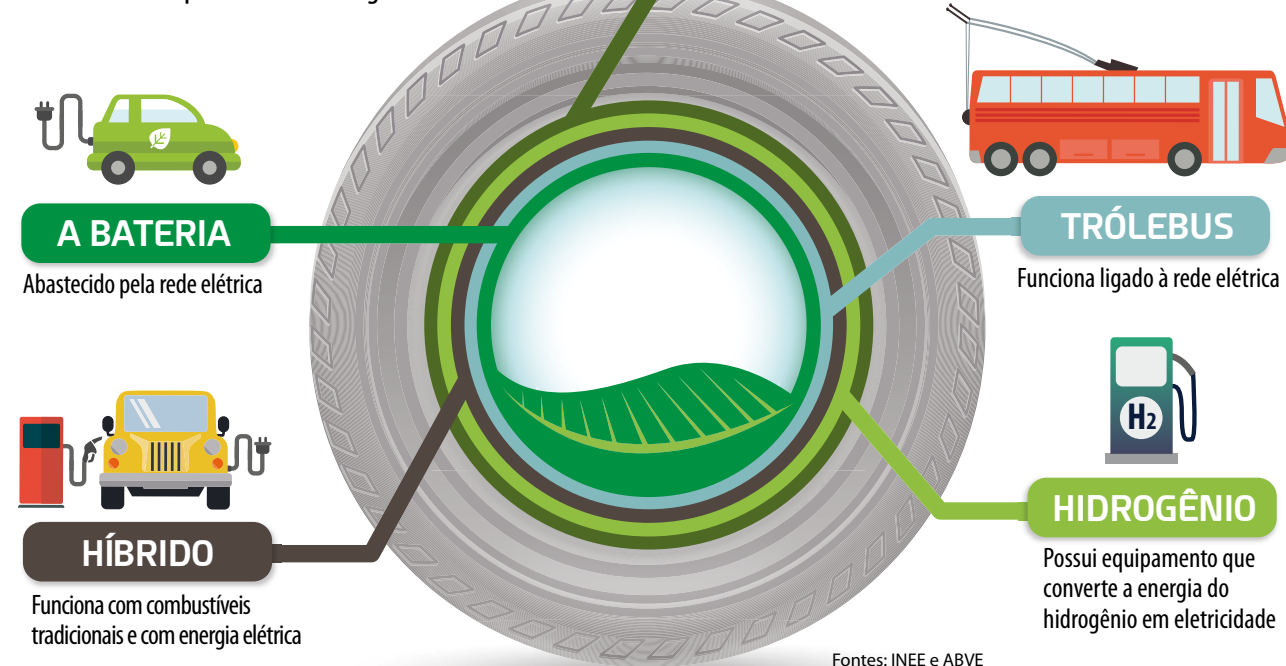
Veja também na programação da TV Câmara:



www.camara.sp.gov.br/tvcamara

LIMPO, SILENCIOSO e caro

O carro elétrico não emite gás poluente, mas custa de R\$ 116 mil a R\$ 800 mil, cerca de 50% a mais que os modelos a gasolina



Fontes: INEE e ABVE

O primeiro plano

Aprovada na CMSP, lei traça planejamento inédito para o sistema educacional nos próximos dez anos

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br



Marcos Santos/USF Imagens

Foi um processo de mais de duas décadas para a cidade de São Paulo conquistar o seu Plano Municipal de Educação (PME), o que, finalmente, ocorreu em 17 de setembro, quando o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou a Lei 16.271/2015, aprovada na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Com isso, o Município tem agora seu primeiro plano educacional de longo prazo.

Que a aprovação do PME é um avanço, todos os envolvidos no processo concordam. A divergência é quanto ao tamanho desse passo à frente. Para uns, é um “avanço importante”. Para outros, “uma montanha que pariu um rato”.

O PME estabelece 13 metas e 14 diretrizes válidas até 2025, que

devem ser seguidas por todas as administrações durante esse período, independente de quem esteja no poder. “O Plano Municipal de Educação representa uma política de Estado e não de governo”, explica Edinei Arakaki Guskuma, consultor técnico legislativo em Administração da CMSP que participou da elaboração da proposta.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A criação do PME paulistano havia sido prevista em várias normas, começando pela Lei Orgânica do Município, de 1990. Nove anos depois, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes da CMSP apresentou o Projeto de Lei (PL) 180/1999, que criava o PME, mas não foi aprovado.

Enquanto isso, em Brasília, a Presidência da República sancionou em 2001 o primeiro Plano Nacional da Educação (PNE), que obrigava Estados e Municípios a também criarem os seus planos. A obrigatoriedade foi reforçada pela segunda versão do Plano Nacional, sancionada em 2014. A novidade, dessa vez, foi que o novo PNE estabeleceu um prazo, de um ano, para a criação dos Planos de Educação municipais e estaduais.

O primeiro passo para a criação do atual Plano paulistano foi dado em 2008, com a criação de uma comissão organizadora convocada pela Secretaria Municipal de Educação, com representantes do governo, sindicatos, estudantes, instituições de pesquisa e da sociedade civil. Durante dois anos, as discus-

sões em torno do PME mobilizaram mais de 2 mil atividades, que culminaram na Conferência Municipal de Educação, em 2010, com a participação de 22.247 pessoas. Finalmente, em 2012, o prefeito Gilberto Kassab enviou à Câmara Municipal o Projeto de Lei 415/2012, com a proposta do Executivo para a criação do PME. O PL passou três anos sendo debatido na Câmara.

Na avaliação do vereador Toninho Vespoli (PSOL), relator do PL na Comissão de Educação, Cultural e Esportes da CMSP, a proposta do Executivo incorporava pouco do conteúdo que havia sido discutido antes com a população. “O projeto não dialogava nada com as orientações da sociedade civil que saíram da Conferência Municipal de 2010, que foi um processo muito rico”, afirma. A Comissão de Educação da Câmara decidiu, então, criar um grupo de trabalho com os antigos coordenadores dos debates da Conferência. O objetivo era “resgatar e atualizar” as propostas originais.

POSITIVO • Paulo Fiorilo diz que Plano trouxe avanços importantes



Guilherme Garbino/CMSP



Hebeia Balardini/Prefeitura de São Paulo

META • PME propõe atender 75% das crianças de até 3 anos e 11 meses

Depois disso, o PL também passou pela Comissão de Finanças e Orçamento e pelo Plenário do Legislativo municipal, onde recebeu novas mudanças. A mais ruidosa foi a retirada das menções à palavra “gênero”, atendendo ao pedido de entidades religiosas conservadoras. O projeto foi aprovado pela Câmara em 25 de agosto e sancionado pelo prefeito no mês seguinte.

AVANÇOS E CRÍTICAS

“O texto final do PME trouxe vários avanços importantes”, comemora o vereador Paulo Fiorilo (PT), um dos relatores do projeto na Comissão de Finanças. O principal avanço, segundo ele, é o aumento do investimento público em educação. A Meta 1 do Plano fala em passar para 33% a receita resultante de impostos a ser investida em educação – a porcentagem atual, prevista na Lei Orgânica, é de 31%. “Na peça orçamentária enviada pelo prefeito para o próximo ano já constam os 33%”, afirma Fiorilo.

O presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, Cláudio Fonseca, que era vereador pelo PPS no período de votação do PME, não vê tanto motivo para comemoração, já que somente 25% dos investimentos permanecem obrigatoriamente destinados a despesas em “manutenção e desenvolvimento para o ensino”. O restante vai para a “educação inclusiva”. Ele afirma que “o governo faz muito barulho dizendo que aumentou os gastos com educação, induzindo as pessoas a uma leitura errada”.

Explicando. As despesas em “manutenção e desenvolvimento do ensino”, previstas na Lei de Diretrizes e Bases de Educação, são claramente gastos em educação, que incluem, por exemplo, os salários dos professores e a compra de materiais didáticos. Já o carimbo de “educação inclusiva” possibilita aos governos incluir despesas que, na visão de Fonseca e de outros profissionais e especialistas do setor, não são pro-

priamente em educação, por exemplo, investimentos em telecentros e em programas de assistência social, como o Programa Leve Leite.

“O que o governo fez foi ampliar sua prerrogativa de se apropriar de 8% de recursos carimbados, como se fossem de educação, para várias políticas sociais e compensatórias”, afirma Fonseca. Para o sindicalista,

o PME sancionado é bem menos do que poderia ter sido: “Depois de tantos debates, eu digo que lamentavelmente a montanha pariu um rato”.

Outro ponto controverso do PME é a importância dada à rede indireta e conveniada de creches, geridas por entidades privadas com verba municipal, no lugar da rede direta, totalmente gerida pela Prefeitura.



ESPAÇO
Um dos objetivos é ter salas de aula com menos alunos

César Ogata/Prefeitura de São Paulo

“A gente manteve a discussão sobre a importância da rede indireta, porque hoje ela é responsável por uma parcela considerável de crianças”, afirma Paulo Fiorilo. “Hoje é quase impossível, numa cidade como São Paulo, ter uma rede inteiramente direta, em função da demanda, da falta de terrenos e da urgência de conseguir vagas”, diz o vereador.

Para Toninho Vespoli, o PME errou ao não apontar uma ampliação da rede direta de creches, como havia sido recomendado na Conferência Municipal da Educação de 2010. Ele afirma que as creches geridas por entidades privadas respondem hoje por cerca de 75% das vagas oferecidas na cidade de São Paulo, e que seria papel do Plano buscar, em dez anos, chegar pelo menos a um número igual de vagas nas redes direta e indireta.

Segundo o parlamentar, a importância assumida pelas creches conveniadas e indiretas equivale a uma “privatização do ensino”. “O Estado perde o poder de conduzir a política pública, que passa a ser determinada pelas empresas conveniadas da Prefeitura”,

avalia. Após a aprovação do PME, Vespoli apresentou quatro projetos de lei (516, 517, 518 e 519) que prevêm alterações em trechos do Plano, entre elas o combate às violências de gênero e a ampliação da rede direta.

“Na discussão do Plano, algumas pessoas queriam eliminar as creches

conveniadas e indiretas, mas no final prevaleceu a percepção de que, sem elas, a educação infantil em São Paulo não sobrevive”, comemora a educadora Rosa Maria Marinho Acerba, do Fórum de Educação Infantil da Cidade de São Paulo, entidade que representa as creches geridas por particulares. Ela diz que as críticas feitas a esse modelo de gestão partem de sindicalistas com “interesses corporativistas” ou de pessoas que continuam presas a uma visão superada. “Açam que nossas creches ainda são um depósito de crianças, só para comer e dormir, mas faz mais de 20 anos que as indiretas e conveniadas privilegiam o projeto pedagógico e passam por fiscalizações tão rigorosas quanto as das diretas”, explica. Em sua avaliação, o resultado final da discussão sobre o PME foi “muito bom”.

Já Ananda Grinkraut, assessora de diversidade, raça e participação da ONG Ação Educativa, uma das participantes dos debates sobre o PME na Câmara, afirma que as dis-

cuções com a sociedade civil mostraram que havia “uma demanda da sociedade” para que o PME “apontasse no sentido de congelar as matrículas nas creches conveniadas e retomasse as das diretas”. Ela concorda que é necessário reconhecer o papel das creches operadas por particulares, mas sem dar a estas mais importância do que à rede direta. “A prioridade hoje vai para o atendimento indireto. Só tem crescimento de vagas nas conveniadas”, critica.

Ananda diz que o PME incorporou apenas em parte as questões debatidas e acumuladas com a participação popular, deixando de fora temas como a ampliação do financiamento via manutenção e desenvolvimento do ensino, a ampliação da rede direta e o combate à discriminação de gênero nas escolas. Ela lembra que “algumas questões importantes não foram aprovadas, de tal forma que o Plano não alcançou a potência que poderia ter para possibilitar a superação das grandes desigualdades na cidade de São Paulo”.

Agora é hora, diz Ananda, de ficar de olho no futuro. A cada quatro anos, a Secretaria Municipal de Educação tem a obrigação de publicar estudos para medir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas pelo PME. O acompanhamento, contudo, não pode ficar restrito a esses balanços: “Vamos precisar de um monitoramento contínuo, do governo e da sociedade civil, para saber como o PME está sendo aplicado”.

DESTAQUES DO PLANO

+ educação infantil

Atender **75%** das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de acordo com a demanda

+ participação

Implementar conselhos regionais em cada diretoria de ensino, para criar Planos Regionais de Educação

+ dinheiro

Aumentar de **31%** para **33%** a verba para Educação

- lotação

Limites máximos de alunos por professor: **7** (em berçários) **até 30** (em aulas para jovens e adultos)

↑ Valorização dos professores

Reservar **1/3** da jornada de trabalho para formação e planejamento

Prazo: **até 2025**

Fonte: Lei 16.271/2015 (Plano Municipal de Educação)

CRÍTICA • Toninho Vespoli acusa PME de “privatizar o ensino”



Mozart Gomes/CMSP

SAIBA MAIS

Revista
Apartes edição 16 – Questão de gênero, questão de gente.
<http://goo.gl/3u6FBC>

O revolucionário cordial

Do Plenário da CMSP às selvas africanas, as lutas do médico e guerrilheiro David Lerer, o “Che Guevara brasileiro”

PRAIA • Lerer hoje, em São Sebastião: “Sou um homem livre”

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br
Colaborou Tamires Tavares, aluna do curso Repórter do Futuro

Quando ouviu a notícia no radinho de pilha, em 31 de março de 1964, David José Lerer decidiu que era hora de agir. Não podia ficar parado apenas ouvindo que uma coluna de tanques de guerra saía de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro para derrubar o presidente João Goulart. Nem pensou em ir à Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), onde atuava no seu primeiro mandato como vereador, eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Saiu para

a rua, decidido a organizar a resistência dos operários contra o golpe de Estado. Ainda não sabia como estava sozinho nessa briga.

Lerer estava de plantão médico no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde trabalhava havia dois anos. Formado em medicina pela Universidade de São Paulo (USP), tinha abandonado uma promissora residência em cirurgia para ficar ao lado dos operários. “Deixei uma vida que me daria um futuro afortunado e glórias acadêmicas



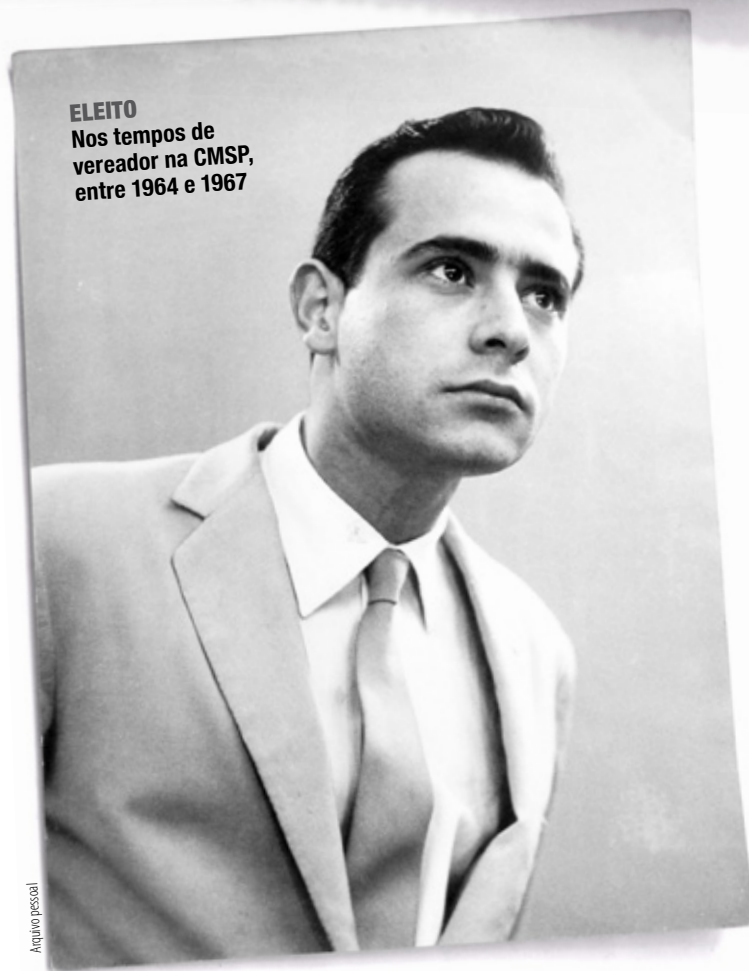
INÍCIO
Em momento da
infância, em São Paulo

Arquivo pessoal



DEMOCRÁTICO
“Nenhuma mulher
seria a rainha do
meu coração. Ela
pode ser eleita,
com mandato”

Guilherme Galvão/CMSP



ELEITO
Nos tempos de
vereador na CMSP,
entre 1964 e 1967

Arquivo pessoal

para investir tudo na luta política”, rememora. E não se arrepende. “Para o mundo, para a minha vida e para o meu ego, era mais importante ser um médico de sindicato do que um excelente professor cirurgião. E foi isso o que orientou a minha vida”, conta.

A mesma orientação levaria o médico, nos anos seguintes, a perder o cargo de deputado federal para a ditadura e amargar um exílio de dez anos, quando se engajou em lutas pela liberdade de povos e nações na América Latina, na Europa e na África — uma trajetória que faria Lerer ser definido, pelo escritor Antônio Callado, como “o Che Guevara que nos coube”. “Sou um revolucionário”, é como o próprio Lerer se define.

Naquele 31 de março, contudo, o nosso Che Guevara não passava de um militante de base de 26 anos, percorrendo portas de fábricas a bordo de um Fusca e conversando com operários, durante as mudanças de turno, para convencê-los a aderir a uma greve relâmpago contra o golpe

dos militares. Foi ignorado. “Os caras atravessavam a rua quando viam a gente. Diziam: isso aí é perigoso, isso dá cana.”

E dava cana, mesmo. Após dois dias de tentativas fracassadas de mobilizar uma resistência entre os trabalhadores paulistas, Lerer foi preso em casa por uma dupla de policiais do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

ESTRAGANDO A FESTA

Na cadeia, ficou sabendo, pela boca do coronel Rubens Resstel, encarregado de conduzir o seu inquérito policial militar (IPM), que o governo militar pretendia cassar os mandatos de quase todos os parlamentares do seu partido, inclusive o do vereador



Arquivo pessoal

MILITANTE • À esquerda, nos tempos da União da Juventude Comunista

Moacir Longo — “um comunista conhecido”, segundo Resstel. Já Lerer, “um agitador em começo de carreira”, seria poupado. “Não queremos acabar com a representação do seu partido, porque o presidente Castelo Branco é um democrata”, teria dito o coronel. Logo depois, acrescentou: “Mas da próxima o senhor não escapa”.

Quando saiu da prisão, em 6 de abril, Lerer teve tempo apenas de passar em casa e tomar um banho antes de seguir para a primeira sessão oficial da CMSP realizada após a queda do presidente Goulart.

No Plenário, o clima era de comemoração (veja mais na pág. 32). A maioria dos vereadores cobriu de elogios a ação dos militares que havia acabado de instituir uma ditadura militar, a qual, ao longo de 21 anos, deixaria um legado de 434 mortos e desaparecidos.

Apenas dois parlamentares destoaram do clima. Um foi João Carlos Mei-

SOLTO • Deixando a prisão no Dops, em 1964, ao lado do vereador José Molina Jr. (à direita)



relles, do Partido Democrata Cristão (PDC), que declarou: “Havia maneiras constitucionais e legais para que fosse impedido o senhor presidente da República, sem necessidade da força que foi usada”. O outro foi Lerer. Mesmo recém-saído da cadeia, o socialista subiu à tribuna com o ânimo de quem queria estragar a festa. “Não é com métodos inquisitoriais, não é com terrorismo ideológico e físico, não é com a caça às bruxas e com ruidosas manifestações em plenário, não é fraturando os crânios de estudantes e quebrando as máquinas dos jornalistas que se trará tranquilidade ao povo”, afirmou, numa das mais duras condenações ao novo regime registradas nos anais da Câmara Municipal da época.

O discurso não ajudou a torná-lo mais querido aos olhos dos militares que agora mandavam no País. Lerer voltou a ser preso pelo Dops em 6 de maio, junto com o primeiro-secretário da Casa, José Molina Júnior, e dessa vez ficou 12 dias na

Câmara apoiou golpe de 64

O golpe que depôs o presidente João Goulart e iniciou a ditadura militar de 1964 a 1985 recebeu o apoio de diversas instituições, incluindo setores da Igreja Católica e boa parte da imprensa. Com a Câmara Municipal de São Paulo não foi diferente. Assim que a vitória dos militares se consolidou, a CMSP decidiu que o novo governo merecia todo o apoio.

As manifestações favoráveis começaram com dois ofícios em que os vereadores da Mesa Diretora expunham “a mais irrestrita solidariedade” a dois “heróis” do golpe de Estado, o general Amaury Kruehl e o senador Moura Andrade, “pelas atitudes corajosas e decisivas, tomadas em defesa do povo brasileiro” contra as “ideologias deletérias da índole do comunismo pagão”.

E continuaram com mais força na primeira sessão ordinária após o golpe, em 6 de abril, que os parlamentares decidiram transformar numa sessão especial para comemorar o novo governo. Ao todo, 29

dos 45 vereadores se manifestaram nas duas sessões daquele dia: destes, 24 discursaram em defesa do movimento militar, três não tomaram partido e apenas dois criticaram o golpe.

Nas décadas seguintes, a CMSP acabaria sendo vítima do monstro que havia ajudado a criar. A ditadura cassou três vereadores — em 1964, Moacir Longo, e, em 1969, Francisco Mariani Guariba e José Tinoco Barreto — e fez o número de parlamentares na CMSP baixar de 45 para 21, além de esvaziar a importância da instituição. Mesmo assim, a Casa manteve-se tão fiel aos militares que, em 1974, batizou um de seus auditórios com o nome de 31 de Março.

O auditório 31 de Março acabaria mudando de nome em 1984, rebatizado como Senador Teotônio Vilela, o Menestrel da Democracia. Com o fim da ditadura, a CMSP começava a se livrar do passado e a se reconciliar com a democracia que vinha aos poucos renascendo.

carceragem. Ele resume numa frase como era sua rotina parlamentar naqueles tempos: “Eu entrava na Câmara sem saber se ia sair de lá como vereador ou em cana”.

AMIGO DOS INIMIGOS

Em 13 de junho, a ditadura cumpriu a promessa feita a Lerer pelo coronel Resstel: cassou o vereador Moacir Longo. No Plenário, quase todos os vereadores fingiram que nada havia acontecido. A única menção à cassação partiu de Lerer, que leu na tribuna uma carta enviada pelo colega de partido, que, temendo a perseguição, não havia colocado os pés na CMSP desde 31 de março. O texto de Longo era outra granada verbal disparada contra o governo. “O regime de terror implantado pelo Ato Institucional, editado por aqueles que se julgam no direito de tutelar a Nação, não tem futuro”, dizia um trecho. “Li a carta com muito orgulho”, relembra Lerer.

Filho de imigrantes judeus da Europa Oriental, David José Lerer militou em vários outros grupos de esquerda antes de entrar para o PSB. “Nunca fui de obedecer partido ou sindicato. Sou um homem livre”, diz. Chegou a ser dirigente da União da Juventude Comunista, ala jovem do Partido Comunista Brasileiro, antes de ser expulso do Partidão junto com outros militantes, que mais tarde criariam o PCdoB. “Fui expulso, mas continuei amigo de todos”, diz, com uma risada que revela uma das suas principais marcas: a cordialidade acima das piores adversidades políticas.

“Tive sempre uma boa relação com todo mundo”, revela. Na primeira disputa eleitoral, em 1962, teve entre seus eleitores o delegado Sérgio Paranhos Fleury, diretor do Departamento de Investigações

Criminais (Deic). O policial ficaria conhecido como um dos mais sangrentos agentes da ditadura, mas, na época, era apenas um amigo de Bernardo Lerer, um dos dois irmãos mais novos de David. Eleito vereador, o médico orgulha-se de “nunca ter levantado a voz” nos constantes embates em Plenário com os cole-

gas conservadores Marcos Mélega e Dulce Salles Cunha Braga.

A única discussão política dura ocorreu em 29 de agosto de 1968, numa sessão da Câmara dos Deputados, quando Lerer era vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição aos militares. Os deputados deba-



MEMÓRIA
David remexe velhos papéis em sua casa, no litoral



tiam um ataque da polícia contra estudantes da Universidade de Brasília (UNB), ocorrida naquele dia. O vice-líder do partido de situação Aliança Renovadora Nacional (Arena), Cantídio Sampaio, definiu o embate como “um choque policial desgraçadamente provocado pelos estudantes”. “É mentira”, rebateu Lerer, conforme os registros do *Diário da Câmara dos Deputados*. O deputado governista reagiu com um soco em Lerer. O médico até hoje se arrepende do seu comportamento no episódio: “Cometi um erro. Foi uma indelicadeza no calor da discussão”.

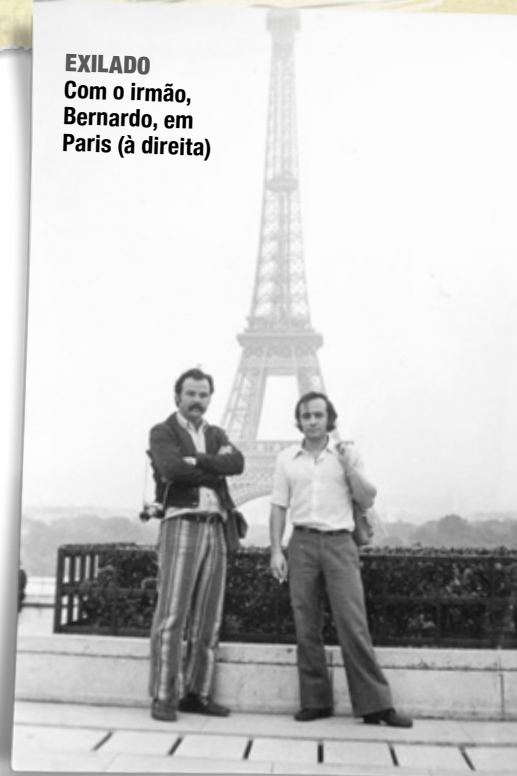
Meses depois, o mandato de Lerer na Câmara dos Deputados chegou ao fim muito antes do previsto, por conta do Ato Institucional número 5, baixado em 13 de dezembro, que inaugurou o período mais duro do regime militar. Na primeira lista de parlamentares cassados pelo AI-5, estava o nome de David Lerer. Dessa vez, ele não havia escapado.

Os militares não cassaram apenas o mandato de Lerer, mas também o seu registro médico, impedindo-o de trabalhar. “No Brasil, só estava me restando a luta armada”, diz. Foi então que recebeu

um convite do guerrilheiro Carlos Marighella para se juntar à Aliança Libertadora Nacional (ALN).

“Estou caindo fora. Vou para o exílio”, foi a resposta que deu a Marighella, em um discreto encontro ocorrido na esquina da Avenida Paulista com a Alameda Casa Branca, em meados de 1969. Ao explicar sua decisão, o médico relata que fez um prognóstico: “A vida do povo vai prosperar e nós vamos ficar falando sozinhos. Vão acabar com a gente”.

Não deu outra. Quatro meses depois, em 4 de novembro, a seis quadras do local onde havia conversado



com Lerer, o próprio Marighella tombou, executado numa emboscada do Dops. No comando da operação policial, estava um antigo eleitor de Lerer: o agora todo-poderoso delegado Fleury.

EXÍLIO

Por dez anos, Lerer correu mundo (veja acima). Primeiro na América Latina, por Uruguai, Chile e Peru. Em 1971, mudou-se para Paris, onde fez residência em cirurgia e não demorou para conquistar um cotidiano confortável, como médico de uma clínica particular e namorado de uma

rica jovem parisiense. Mas não era conforto o que ele queria.

“Quer lutar. Quer participar. Quer ir para algum lugar onde possa colocar seu bisturi e sua garra a serviço da justiça e da liberdade. (...) Encontro David numa noite interminável e ele me conta que vai largar tudo para entrar na primeira guerra de libertação que o aceite”, relata o jornalista Sebastião Nery, no perfil *O nosso Che Guevara*, publicado na revista *Status* de março de 1985.

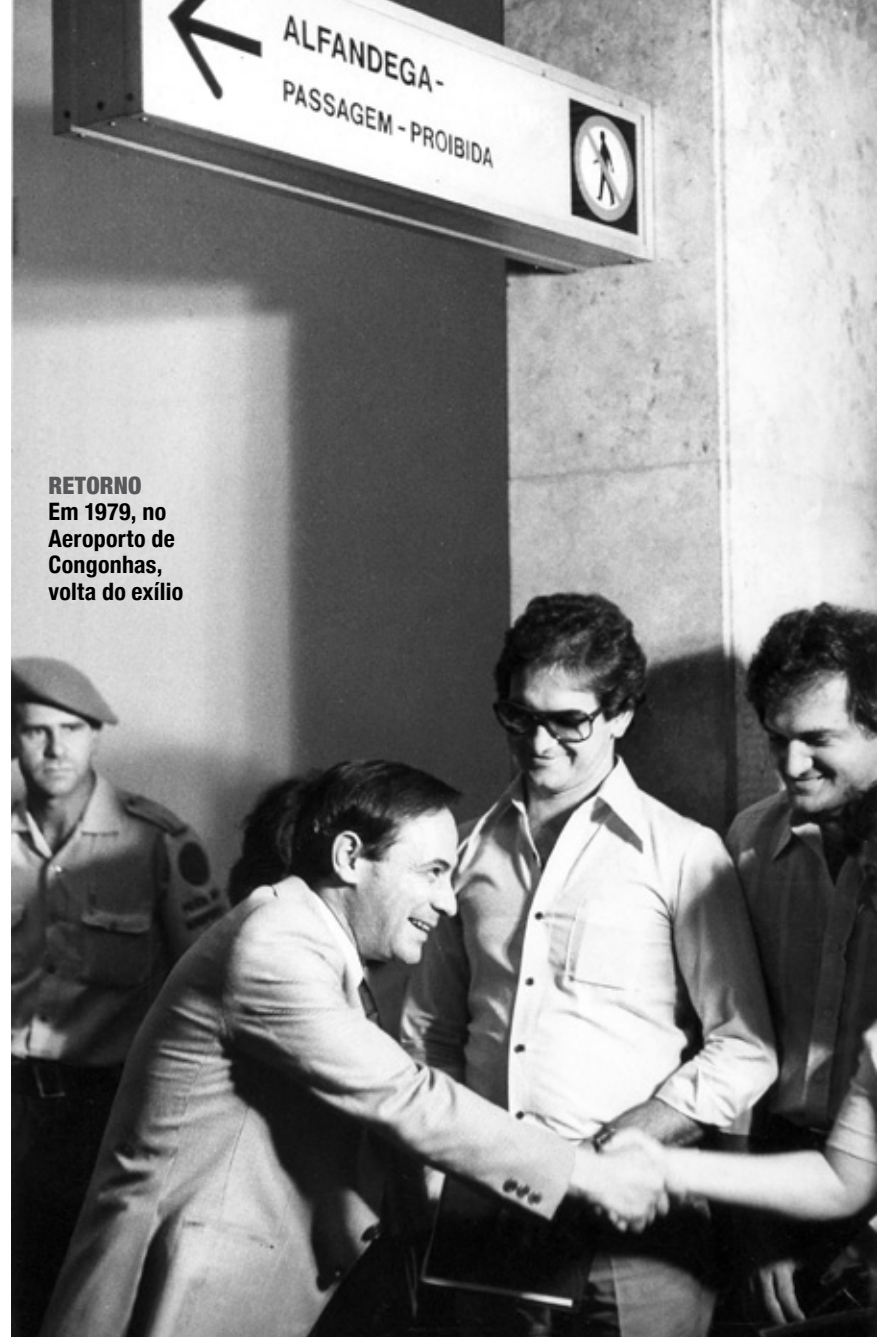
A primeira guerra que o aceitou foi a de Moçambique contra o domínio português. Entre 1973 e

1975, atuou como médico de guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique. “Único médico em milhares de quilômetros quadrados, operando feridos no mato, nas condições mais precárias, sem oxigênio, sem transfusão de sangue, sem qualquer ajuda. Ele e a morte, frente a frente, na selva”, descreve Nery.

Com a vitória da guerrilha, tornou-se ministro da Saúde de Moçambique. Deixou o cargo para se juntar à Revolução dos Cravos, em Portugal, que havia encerrado 48 anos de ditadura no país. Alistou-se no Exército português, mas pulou fora depois que o governo deixou murchar as flores dos ideais socialistas.

Decidiu voltar para a África, dessa vez ao lado do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). Ao seu lado, estava uma militante portuguesa, Isabel, com quem Lerer se casou e teve uma filha, Maria, nascida em 1977. Segundo ele, o casamento foi apenas uma formalidade para preservar Isabela aos olhos da família, já que ela estava grávida. Naquela época, como hoje, o revolucionário não acredita em “até que a morte os separe”. Com um sorriso, ele explica que no amor, como na política, preza a liberdade: “União podem ser como regimes monárquicos, que duram para sempre, mas eu sou um republicano. Nenhuma mulher seria a rainha do meu coração. Ela poderia ser a minha eleita. E eleitas têm mandato”.

Em Angola, o guerrilheiro acabou apanhado no fogo cruzado dos conflitos entre facções internas do MPLA. Preso, escapou por pouco de ser fuzilado. Foi expulso do país e voltou, com Isabel e Maria, para Portugal. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, o governo brasileiro pôs fim ao AI-5, em 31 de dezembro



RETORNO
Em 1979, no Aeroporto de Congonhas, volta do exílio

de 1978. Lerer não perdeu tempo. Deixou Isabel e Maria em Portugal e desembarcou no Aeroporto de Congonhas dois dias depois, como o primeiro exilado a pisar legalmente no País. Amigo de todos, recebeu as boas-vindas tanto dos companheiros da esquerda como de policiais do Dops, entre eles o coronel Resstel e o delegado Romeu Tuma.

De volta ao Brasil, Lerer tomou conhecimento da existência

de outros dois filhos, nascidos de “uniões pontuais”. Um ano após o retorno do exílio, encontrou pela primeira vez seu primogênito, já com 18 anos: João, filho de uma militante do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes que Lerer havia conhecido no Recife (PE). Mais de uma década depois, em 1993, conheceu Débora, nascida em 1968, fruto de uma relação com sua em-

pregada doméstica. “Foram ‘acidentes’ muito queridos, bem vindos e amados”, afirma.

LUTAS DE HOJE

Lerer retomou o trabalho de médico, primeiro no Sindicato dos Metalúrgicos e depois em órgãos públicos, como o Hospital das Clínicas. Passou cinco anos em um posto de saúde na zona rural de Jacareí (SP), antes de se aposentar.

Não teve a mesma sorte na carreira política. Disputou três eleições: deputado federal em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), vice de Ademar de Barros Filho à Prefeitura de São Paulo, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1985, e de novo candidato a deputado federal, em 1986, também pelo PDT. Não foi eleito em nenhuma. “Já não tinha espaço para um candidato do meu perfil, um profissional liberal de esquerda”, avalia.

DEFINIÇÃO • “O Che Guevara que nos coube”, segundo Antônio Callado



Arquivo pessoal



PAZ • Com a militar Katia, sua companheira há seis anos

Em São Sebastião, no litoral norte paulista, onde Lerer vive desde 2003, a velhice tranquila à beira-mar às vezes o incomoda. “Me sinto bastante impotente por não conseguir fazer o mesmo de antigamente”, lamenta, apoiado na bengala que às vezes é obrigado a usar por conta de uma fratura no fêmur, adquirida na guerra contra os anos — a única que o antigo guerrilheiro não tem esperança de vencer.

Mas, até hoje, o revolucionário ainda luta. Volta e meia Lerer ainda participa de alguma polêmica local, como quando escreveu nos jornais de São Sebastião combatendo o projeto de ampliação de um porto que considerava perigoso para a fauna e a flora da região. “Depois do fim da União Soviética,

que para a gente era a materialização do socialismo, ficou difícil acreditar em algo. Hoje só tenho uma certeza: a de que é importante lutar pelo meio ambiente.”

Combinando com a trajetória de guerrilheiro cordial, que fazia questão de manter boas relações com os mais ferrenhos inimigos políticos e que, mesmo no campo de batalha, usou muito mais vezes as mãos para salvar vidas do que para empunhar armas, David Lerer namora há seis anos com Katia Regina Vianna, 56 anos, que é... uma oficial da Marinha, hoje na reserva.

“O pessoal acha interessante”, conta Katia. “Logo ele, que foi tão perseguido pelas Forças Armadas... Que química é essa? Não sei. É a ironia do destino.”

Divisão que multiplica

Compartilhamento é tendência na economia atual, mas regras e limites de uso ainda precisam ser definidos

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br
 Colaboraram **Karina Balan Júlio**, do curso Repórter do Futuro, e **Matheus Briet**

A artista plástica e ativista internacional Adriana Bertini viaja o mundo e costuma aproveitar ao máximo as oportunidades de compartilhamento, que permitem diminuir custos e estar próxima da cultura dos locais visitados. Em Nova York, ela já dormiu no colchonete de um estúdio de cinema, reservado pelo aplicativo Airbnb. Pegou carona paga de moto em Chicago utilizando o Vayable, que também lhe permitiu participar de um jantar na casa de uma chef em Bruxelas.

Mas uma das situações mais marcantes de suas andanças ocorreu sem o uso de qualquer tecnologia: comeu direto no tacho, sem usar talheres, dividindo a refeição com mais 80 membros de uma mesma família em Dacar, no Senegal. “Saí de um super-hotel para um quarto em uma casa sem energia

elétrica, onde a água do banho vinha direto do cano e as pessoas entravam o tempo todo no banheiro, que não tinha tranca na porta” lembra Adriana. “Achei tão bonito não faltar comida naquela miséria, de comerem todos juntos no mesmo tacho, respeitando as hierarquias... ali aprendi a compartilhar”, conta.

Enfim, são muitos os sites e aplicativos que propiciam o uso comum de carro, comida, hospedagem e experiências, e as inovações parecem não ter fim. Hoje, a grande novidade está no uso da internet para viabilizar o desejo, já antigo, de otimizar recursos ociosos de pessoas físicas e organizações. Cada vez mais popular, a prática ganhou nome: economia compartilhada. “A tecnologia acelerou muito essa tendência, facilitou e permitiu criar um mercado de massa para uma atividade que já existia”, explica



PELO MUNDO
Adriana Bertini em Dacar: refeição compartilhada com mais de 80 pessoas

Marcelo Coutinho, professor de estratégia para mercados digitais na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

CARONA PROIBIDA

“Toda vez que surge uma tecnologia, tem a questão da regulamentação, que discute o direito da sociedade, através do Estado, de se apropriar da riqueza gerada por aquela atividade”, explica Coutinho. A primeira das novas tecnologias a ser debatida na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) foi o aplicativo de caronas pagas Uber. Após intenso debate entre os vereadores e protestos de defensores e opositores inflamados, em 9 de setembro foi aprovado o

Projeto de Lei (PL) 349/2014, que proíbe o transporte remunerado de pessoas, em veículos particulares cadastrados através de aplicativos, para locais pré-estabelecidos.

A Uber, conhecida no Brasil por seus carros pretos de luxo, foi originalmente concebida para organizar a oferta e a demanda de caronas pagas, que custariam menos que as corridas nos táxis convencionais. No entanto, muitas pessoas transformaram a prestação desse serviço em sua principal fonte de renda, sem usarem os alvarás e os certificados exigidos para o exercício da profissão de taxista. Como muitos dos negócios da nova economia, os mo-

REGRAS • “Debate sobre regularização surge sempre que aparece uma nova tecnologia”, diz Coutinho



toristas da Uber vivem testando esses limites entre atuar como pessoas físicas e empresários.

Sinal de que os novos concorrentes teriam dias mais difíceis, a aprovação do PL foi comemorada com fogos de artifício por centenas de taxistas – alguns vindos do Rio de Janeiro, de Curitiba, de Belo Horizonte e do Distrito Federal. Eles acompanharam a votação nas galerias do Plenário e em frente ao Palácio Anchieta, sede da CMSP, com balões e carros de som. Em número bem menor, dezenas de motoristas da Uber se concentravam nas galerias, com cartazes em que se liam manifestações como “Eu também tenho o direito de trabalhar”.

O PL 349 foi proposto pelo vereador Adilson Amadeu (PTB) e recebeu a coautoria de mais 37 parlamentares. Depois de aprovado, transformou-se na Lei 16.279/2015, promulgada pelo prefeito Fernando Haddad (PT). Amadeu garante que não é contra a economia compartilhada. “Num mundo em que se prega o uso racional de tudo que o homem precisa e é capaz de produzir, o compartilhamento é bem-vindo”, diz. No entanto, para ele o caso da Uber é diferente. “A empresa presta um serviço idêntico ao do táxi (que é regulamentado) e usa um sistema de cobrança diferente do previsto em lei; há ganho financeiro, concorrência desleal, possivelmente sonegação de impostos e evasão de divisas”, argumenta.

Para o vereador Police Neto (PSD), que votou contra a proibição, a Câmara “errou fragorosamente” ao banir a Uber. Ele acredita que o Legislativo remou contra o futuro da economia mundial, representado pelo compartilhamento de equipamentos. “É preciso ter regras de

controle e segurança, mas não agir de uma forma opressora, que tire o poder da inovação”, explica.

O Airbnb, maior plataforma mundial de acesso a hospedagem compartilhada, também é alvo de críticas pelo não recolhimento de impostos sobre os serviços prestados. Neste ano, a empresa fechou acordo para cobrança de tributos de locações feitas em algumas localidades dos Estados Unidos e em capitais como Amsterdã (Holanda) e Paris (França). Segundo o jornal *O Globo*, em julho o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) propôs, em reunião com representantes do setor em outros países do Mercosul, que se comece a cobrar impostos do Airbnb.

EM DISCUSSÃO

Outras iniciativas da CMSP também pretendem regular o consumo compartilhado. O PL 479/2015, apresentado pelo vereador Toninho Vespoli (PSOL), propõe criar regras

SUSPEITA • “Uber faz concorrência desleal e possivelmente sonega impostos”, afirma Amadeu



Ricardo Rocha/CMSP



André Berman/CMSP

PRESSÃO • Taxistas de várias cidades tomaram a rua em frente à CMSP pedindo a proibição da Uber

para que serviços de transporte individual, como o oferecido pela Uber, possam operar no Município e, ao mesmo tempo, reorganizar o atual sistema de táxi. O PL 416/2015, do vereador Ricardo Young (PPS), quer criar o Sistema de Transporte Público Individual, vinculado à Prefeitura, para cadastrar quem trabalha com transporte individual.

Regulamentar a atividade de alguma forma parecer ser o desejo da maioria dos brasileiros. Após ouvir 905 pessoas entre janeiro e fevereiro de 2015, a empresa de pesquisa Market Analysis relatou que 80% dos que usam o consumo colaborativo (como a carona paga) defendem a regulamentação da atividade pelo governo. “Não sei se o Estado tem direito de regulamentar e de taxar essas transações da mesma forma que faz com a economia tradicional, mas historicamente o sistema jurídico se adapta ao sistema tecnológico, assim como as novas ferramentas devem ser adap-

tadas às realidades locais”, afirma o professor Marcelo Coutinho.

A pesquisa também mostrou que 60% das pessoas ouvidas estão dispostas a testar formatos de hospedagem e troca de serviços diversos por meio da economia compartilhada. Police Neto lembrou que o Plano Diretor Estratégico

MANIFESTAÇÃO • Motoristas da Uber protestam nas galerias da CMSP



André Berman/CMSP

(PDE), aprovado pela CMSP no ano passado, está alinhado com esse desejo, ao definir que “o compartilhamento de automóveis, definido como o serviço de locação por curto espaço de tempo, será estimulado como meio de reduzir o número de veículos em circulação”.

Na opinião de Police Neto, a cidade não precisa de mais carros, mas “aumentar o número de pessoas nos carros”. Ele é autor do PL 421/2015, que pretende garantir a segurança, confiabilidade, bom custo-benefício e incentivo ao compartilhamento de automóveis, preferencialmente a partir do acesso às redes digitais e da destinação de viário exclusivo para viagens compartilhadas.

Depois da votação que proibiu a Uber, foi criada na CMSP a Comissão de Estudos para Avaliar as Condições do Sistema de Transportes de Táxi no Município. O objetivo é ouvir os principais agentes da área na cidade para levantar formas de melhorar os serviços. O grupo é presidido pelo vereador Senival Moura (PT), tem como vice-presidente Salomão Pereira (PSDB) e como relator, Adilson Amadeu.

Pereira votou pela proibição da Uber, mas esclarece que não é contra a tecnologia que possibilitou o serviço. “Os aplicativos vieram para ficar”, argumenta, mas ressalva que “não se pode permitir o serviço irregular”. O parlamentar apresentou o PL 243/2015, juntamente com os vereadores Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Eduardo Tuma, Gilson Barreto, Mário Covas Neto e Patrícia Bezerra (todos do PSDB), Pr. Edemilson Chaves (PP) e Wadih Mutran (PDT), para regulamentar o atendimento de táxis por aplicativo. “Não importa

que seja Uber, A, B, C ou qualquer um que trabalhe com aplicativo; se prestar serviço de táxi terá de seguir as regras”, explica Pereira.

Ao promulgar a Lei 16.279, Haddad também criou outra categoria de transporte de passageiros: o táxi preto, modelo com ar-condicionado que pode ser solicitado por aplicativo. Mas a direção da Uber afirma que nada muda na prática. Ou seja, os carros da empresa, mesmo proibidos, continuam circulando com passageiros, sob o risco de os veículos serem apreendidos pelos fiscais da Prefeitura.

ÁGUA NO FEIJÃO

Vira e mexe, a cozinheira (ela detesta ser chamada de chef) Bia Goll prepara o próprio almoço ou jantar na Casa Viva de Bill e Julia, um sobradinho florido, cujas salas podem ser alugadas, por hora, para situações tão distintas quanto reuniões e cerimônias de casamento.

TROCAS

Adriana Bertini usa o estúdio compartilhado pelo estilista Paulo Mattos (ao seu lado)



Guilherme Góes/CMSP



Ricardo Rocha/CMSP

CONTRAPONTO • “Câmara errou ao banir a Uber”, lamenta Police Neto

“Quando estou trabalhando aqui, já cozinheiro para mim. Assim, é só aumentar a quantidade, desde que avisem com antecedência”, conta Bia. Numa quarta-feira chuvosa, a **Apertes** testou a multiplicação

do fusilli. A revista ligou às 10h30 e pediu que a cozinheira colocasse “mais água no feijão”. Às 12h30, o repórter se juntou às seis pessoas que compartilharam o almoço. O prato principal, a sobremesa de bolo de claras, a água e o café custaram R\$ 30. No local, refeições mais elaboradas, encomendadas principalmente por estrangeiros pelo site EatWith, custam de quatro a cinco vezes mais.

Mergulhada na cultura de compartilhamento, desde junho Bia divide a gestão do sobrado com quatro pessoas. “Morei um tempo na Alemanha e isso é muito comum lá”, explica. Antes, a cozinheira mantinha no mesmo local um restaurante convencional, que consumia muito tempo. Por isso, decidiu otimizar seus recursos enquanto ajuda outros a fazerem o mesmo, e hoje sobra tempo para atividades que ela adora, como dar aulas de culinária saudável.


Com adeptos entusiasmados, a nova economia compartilhada, segundo o professor Coutinho, tende a avançar. E a regulamentação deve acompanhar essa tendência. “Vamos partir do pressuposto de que nenhum governo tem interesse em não avançar do ponto de vista tecnológico, mas aproveitar a tecnologia para melhorar a vida dos cidadãos”, analisa o professor.

Ainda que o compartilhamento seja celebrado como o futuro da economia, nem sempre há garantia de experiências totalmente satisfatórias. O estilista paulistano Pau-

Economias em alta



lo Mattos já teve objetos pessoais furtados (uma maçaneta dos anos 50 e um disco de estimação) quando disponibilizou o apartamento, onde mora e utiliza como estúdio, para uma locação de TV. “Nunca mais tive coragem de pôr para alugar por temporada com minhas coisas dentro”, lamenta. Por outro lado, ainda se empolga em ceder gratuitamente o local para uso de artistas, em troca de obras ou comissão em futura venda.

Uma das usuárias do estúdio de arte de Mattos, Adriana Bertini lembra que, num apartamento compartilhado em Nova York, a anfitriã foi rude e a fez dormir num sofá, e não em uma cama, como prometido pelo Airbnb. Mesmo assim, a ativista adora arriscar, pois suas melhores experiências, conta, vieram dos compartilhamentos mais inusitados. Entre eles, a inesquecível refeição com a família senegalesa. 



- CURSOS
- DEBATES
- SEMINÁRIOS
- PÓS GRADUAÇÃO

Gratuitos e abertos à população

 /eparlamento  @e_parlamento
 www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento
 escoladoparlamento@camara.sp.gov.br
 Telefone: 3396.4960



REVISÃO DA LEI DE ZONEAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 272/2015 (DISCIPLINA O PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO)

A CIDADE QUE VOCÊ AMA VAI FICAR AINDA
MAIS ORGANIZADA.



A Câmara de Vereadores convida você para participar das audiências públicas de revisão da Lei de Zoneamento.

Participe! Opine sobre a sua rua, o seu quarteirão e o seu bairro. Você ainda poderá sugerir onde ficarão as áreas verdes, de comércio, moradia e emprego.

Acompanhe em www.camara.sp.gov.br/zoneamento



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE